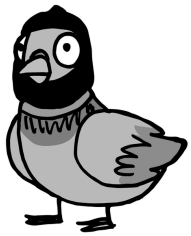
NÚMERO 28 24 NOV. 2026

A PASSARADA



JORNAL AUTÓNOMO DA ACAMPADA

A ADMINISTRAÇÃO DO INSUPORTÁVEL

As tendas nos Restauradores distribuem-se agora por cinco colunas, numa quadrícula de letras e números que permite localizar cada existência com a precisão de um jogo de batalha naval. Algumas permanecem abertas, outras foram fechadas a cadeado. Entre elas circula uma pequena horda de tarefas, distribuídas pelos GT's de segurança, cuidados, urbanismo, logística e cozinha, quase sempre asseguradas pelas mesmas pessoas, que se revezam entre noites mal dormidas e sucessivas emergências. Estendem-se lonas contra a chuva, transportam-se alimentos, vigiam-se os movimentos no interior do acampamento. Na C4, alguém precisa de ajuda para limpar um aparelho ortopédico conspurcado de urina; na D9, uma mulher insurge-se contra a condição indiferenciada de sem-abrigo que lhe atribuem, embora não queira abandonar o único lugar onde voltou a sentir alguma segurança depois de anos de absoluto abandono na rua; na B12, uma suspeita de overdose desencadeia uma procura desordenada de naloxona que ninguém sabe onde se guardou. Entretanto, sucedem-se os furtos, as ameaças, as disputas pela ocupação das tendas, as operações de limpeza que terminam com pertences deitados fora. Discute-se a legitimidade das expulsões, a autonomia dos grupos de segurança e a possibilidade de chamar a polícia. Alguém conta uma anedota, alguém propõe fundar uma comuna na floresta, alguém declara não ser de esquerda nem de direita, mas estar ali de corpo inteiro. Ao amanhecer, uns regressam a casa, outros saem para trabalhar, outros percorrem a cidade à procura de garrafas que possam converter em cêntimos. A cantina começa a servir os pequenos-almoços. A vida prossegue, entre a urgência e a improvisação, com uma quantidade de problemas que nenhum programa político antecipou e uma quantidade ainda maior que nenhuma boa intenção conseguirá resolver.

Vai-se tornando progressivamente evidente que a miséria não decresce quando passa a ser administrada por aqueles que a combatem.

Talvez esta seja uma das descobertas mais desconcertantes de uma experiência que, procurando interromper a normalidade capitalista, acaba por se confrontar com a necessidade de assegurar a sobrevivência das vidas que essa normalidade devastou. Cada necessidade convoca uma competência, cada competência exige responsabilidades, cada responsabilidade parece começar a precisar de reclamar autoridade. Sem que ninguém o tenha propriamente decidido, uma experiência de ruptura vai adquirindo a fisionomia de uma instituição. Não por capitulação política, mas porque a reprodução da vida, quando permanece submetida às condições sociais existentes, tende a impor as suas próprias formas de organização.

O capitalismo não produz apenas trabalhadores explorados. Produz populações tornadas excedentárias relativamente às necessidades da acumulação, mas inteiramente subordinadas às suas determinações. A rua não é o exterior do capital, é uma das suas geografias mais consequentes. E aquilo que atravessa o perímetro de uma acampada não é uma humanidade intacta, provisoriamente privada de abrigo, mas um conjunto de existências atravessadas pela expropriação, pela dependência, pela violência e pela destruição dos vínculos. A despossessão não constitui, por si só, uma disposição comunista. A experiência partilhada da miséria não dissolve espontaneamente a concorrência, a desconfiança ou as formas de sujeição que nela se desenvolveram.

É neste ponto que a solidariedade enfrenta a possibilidade da sua conversão em governo e administrabilidade. A necessidade de proteger pessoas de agressões e furtos conduz à vigilância, à identificação de infractores e, como não poderia faltar, à definição de sanções. Monta-se uma armadilha para surpreender alguém a furtar, confronta-se o suspeito, decide-se uma expulsão ou, mais grave, discute-se o recurso à intervenção da bófia. Não estamos apenas perante uma contradição entre princípios libertários e exigências práticas, mas perante o problema de impedir que a protecção de uma comunidade produza uma instância separada encarregada de a governar. Assim, a função de policiamento vai-se revestindo, como é aliás seu apanágio, de uma aparência de inevitabilidade e amanham-se estratégias de resolução de tensões que reforçam a distribuição desigual da força entre os presentes.

A mesma contradição atravessa o cuidado. Alimentar, abrigar, escutar, limpar, impedir uma morte são actividades indispensáveis, mas não necessariamente emancipatórias. Uma cozinha pode reproduzir a separação entre quem serve e quem é servido; uma assembleia pode tornar-se o lugar onde uma minoria exausta delibera sobre a existência de uma maioria ausente. A gratuitidade não supera a relação de serviço, nem a horizontalidade proclamada dissolve a desigual distribuição das capacidades. Quanto mais a sobrevivência colectiva depende da disponibilidade excepcional de um pequeno número de pessoas, mais essa disponibilidade se transforma em indispensabilidade, e a indispensabilidade em autoridade e a ela segue-se a total exaustão - não meramente enquanto limite físico mas enquanto uma força auto-constituída que reorganiza politicamente as relações.

Seria igualmente perverso converter a participação numa contrapartida do acolhimento. Pessoas atravessadas por anos de privação, dependência ou isolamento não adquirem, por simples proximidade física, as capacidades necessárias à organização colectiva da sua existência. Já antes reiterámos que não basta estabelecer por decreto ou por rotina uma assembleia para que disso resulte uma capacidade equivalente à priori de quem nela participa (ou deveria participar), nem tampouco declarar comuns os recursos para abolir as relações de dependência que regulam o seu acesso. O problema é que as condições materiais da autonomia foram destruídas de maneira tão desigual quanto estrutural. Uma comunidade que exige aos seus habitantes capacidades que não lhes oferece condições para desenvolver limita-se a introduzir novos critérios de exclusão.

Uma experiência de autonomia dependente das condições gerais da sociedade capitalista encontra-se obrigada a reproduzir expressões das relações que pretende superar. Os alimentos continuam a chegar pelos circuitos existentes, os medicamentos dependem de estruturas exteriores, os recursos escasseiam e a urgência governa o quotidiano. A tentativa de assegurar autonomamente aquilo que o estado e o mercado não garantem pode converter-se numa substituição precária das suas funções, fadada aos caos e à implosão. O trabalho militante gratuito absorve parte dos custos da reprodução de uma população que o capital tornou excedentária. A assistência torna-se permanente, a emergência converte-se em rotina e a organização especializa-se na administração de necessidades que não consegue ultrapassar.

A comunização não designa uma gestão mais justa da sobrevivência, nem a substituição dos serviços do estado por estruturas autogeridas. Designa a abolição prática das relações capitalistas, incluindo as separações entre produção e reprodução, propriedade e necessidade, entre aqueles que dispõem dos meios de existência e aqueles que deles foram expropriados. Seria absurdo exigir que uma acampada isolada realizasse aquilo que pressupõe uma transformação social incomparavelmente mais vasta. Mas seria igualmente absurdo confundir a construção de uma estrutura assistencial alternativa com a emergência de relações comunistas. A diferença não reside na radicalidade das intenções, mas nas relações efectivamente transformadas.

Uma overdose não pode esperar pela próxima assembleia, uma agressão exige uma resposta imediata, uma pessoa com fome precisa de comer. Mas quando toda a organização obedece à sucessão de emergências, a urgência começa a distribuir competências, suspender discussões e legitimar decisões excepcionais. O provisório torna-se permanente, as soluções improvisadas convertem-se em procedimentos e a necessidade de agir depressa dispensa progressivamente a necessidade de pensar em conjunto. A ocupação de uma praça não equivale à apropriação colectiva das condições de existência e a destituição não se realiza pela simples retirada de uma autoridade quando permanecem intactas as relações sociais que tornam necessárias as suas funções.

Seria, contudo, igualmente insuficiente reduzir esta parte da Acampada às suas funções administrativas. Entre noites mal dormidas, refeições improvisadas, discussões políticas e anedotas repetidas até à exaustão, é facto que se continuam a encetar as condições materiais para o surgimento de encontros, cumplicidades e experiências de segurança que antes não existiam - ainda que, sublinhamos, a construção de uma vida comum não possa ser confundida com a reunião espacial de existências despossuídas, nem com a capacidade de assegurar colectivamente a sua manutenção. Exige tempo, proximidade, aprendizagem e transformação das capacidades. Exige também reconhecer que a responsabilidade colectiva não pode converter-se numa obrigação ilimitada de absorver todas as consequências da devastação capitalista, que cada qual passa a carregar às costas como mais um falhanço ou inconseguimento. Uma comunidade incapaz de reconhecer os seus limites acaba frequentemente por os impor através da exaustão, da arbitrariedade ou da expulsão.

Talvez a questão decisiva não seja como aperfeiçoar o funcionamento do acampamento, mas como impedir que esse funcionamento se transforme no horizonte da experiência política. Podemos multiplicar grupos de trabalho, distribuir recursos com maior eficiência, resolver conflitos com maior rapidez e tornar-nos extraordinariamente competentes na manutenção de uma situação insuportável. Podemos até encontrar alguma satisfação na nossa indispensabilidade, sem perceber que essa mesma indispensabilidade nos aprisiona numa função que nunca pretendemos desempenhar. Uma instituição pode persistir indefinidamente porque aprendeu a gerir aquilo que nunca conseguirá transformar.

Não se trata nem de abandonar as pessoas que, neste momento, encontraram no acampamento uma possibilidade concreta de abrigo, nem de preservar a pureza de um projecto revolucionário recusando o contacto com as consequências mais devastadoras do capitalismo. Trata-se de começar a conspirar a partir de uma reflexão mais consequente, e até, eventualmente, considerar o término da presente experiência para emprestar a tamanha energia e vitalidade que se tem evidenciado à necessária derrocada das véias sistémicas que pulsam incansavelmente o sangue que tem mantido tudo como sabemos.

Uma política que apenas consegue desenvolver-se entre sujeitos autónomos, disponíveis e capazes de corresponder às suas exigências organizativas deixa por enfrentar a destruição desigual das condições de participação na vida comum. Mas também não podemos continuar a confundir a persistência de uma estrutura de sobrevivência com a persistência de uma possibilidade revolucionária. Importa saber se estamos a produzir relações que tornem progressivamente menos necessária a separação entre quem cuida e quem é cuidado, quem decide e quem obedece, quem organiza e quem depende da organização.

A armadilha não está em termos assumido a responsabilidade de cuidar de vidas devastadas. Está em começarmos a acreditar que a nossa capacidade de as manter à superfície constitui, por si só, uma ruptura com o mundo que as afundou. O capitalismo já dispõe de uma longa história de instituições dedicadas a administrar os seus próprios destroços, não precisamos de acrescentar mais uma, alimentada pelo trabalho gratuito, pela exaustão militante e pela convicção de que a proximidade torna emancipatória qualquer forma de assistência. A tarefa não é aprender a governar melhor aquilo que o capital tornou ingovernável, mas produzir as condições materiais para que esse governo deixe de ser necessário ou sequer possível. Porque administrar a catástrofe, mesmo com as melhores intenções, continua a ser uma maneira de a fazer durar.